

Duas Várzeas, Dois Parques, Uma Resiliência

Two Floodplains, Two Parks, One Resilience

Dos Várzeas, Dos Parques, Una Resiliencia

Matheus de Vasconcelos Casimiro. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Prebiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: mtscasimiro@gmail.com

Resumo

Os parques públicos da Várzea do Carmo (1922) e do Ibirapuera (1954) foram desenvolvidos pelo município de São Paulo nas áreas várzeas do Carmo e de Santo Amaro, respectivamente, com grande repercussão nacional e internacional. Entretanto, na década de 1970, esse primeiro caso teve decretado o seu fechamento, enquanto o segundo se consolidou, até a contemporaneidade, como o principal parque público municipal. A intenção é extrair dos dados histórico-historigráficos e projetuais as diretrizes do projeto paisagístico de implantação que porventura influenciaram na obsolescência e na resiliência urbana desses espaços públicos. Quando se analisam a bibliografia e os desenhos técnicos, é possível extrair valores que subsidiaram as tomadas de decisão nas esferas físicas, políticas e sociais de cada proposição, formando-se indicadores que permitam aferir alguns dos motivos que levaram esses espaços públicos a destinos tão díspares décadas após a sua implantação.

Palavras-chave: Projeto paisagístico; História da paisagem; Parque público.

Abstract

The public parks of Várzea do Carmo (1922) and Ibirapuera (1954) were developed by the municipality of São Paulo, in the floodplains of Carmo and Santo Amaro, respectively, with national and international repercussions. In the 1970s, this first case had its closure decreed, while the second, consolidated to the present day as the main municipal public park. The intention is to extract historical-historiographic and project indicators from the landscape design guidelines for the implementation of these areas, that may have influenced the urban obsolescence and resilience of these public spaces. Analyzing the bibliography and the technical drawings it is possible to extract values that subsidized the decision-making in the physical, political and social spheres of each proposition, forming indicators that allow measuring some of the reasons that led these public spaces to such disparate destinations, decades after its implementation.

Keywords: Landscape design; Landscape history; Public park.

Resumen

Los parques públicos de la Várzea do Carmo (1922) y del Ibirapuera (1954) fueron desarrollados por el municipio de São Paulo, en las áreas várzeas del Carmo y de Santo Amaro, respectivamente, con gran repercusión nacional e internacional. En la década del 1970, ese primer caso se decretó su cierre, mientras que ese segundo se consolida hasta la contemporaneidad como el principal parque público municipal. La intención es extraer datos histórico-historiográficos y proyectuales de las directrices del proyecto paisajístico de implantación de esas áreas que pudieron influenciar en la obsolescencia y la resiliencia urbana de esos espacios públicos. Al analizar la bibliografía y los dibujos técnicos es posible extraer valores que subsidiaron las tomas de decisión en las esferas físicas, políticas y sociales de cada proposición, formando indicadores que permitan medir algunos de los motivos que llevaron esos espacios públicos a destinos tan dispares, décadas después de su implantación.

Palabras clave: Proyecto paisajístico; Historia del paisaje; Parque público.

INTRODUÇÃO

Dos mais de 100 parques públicos municipais da cidade de São Paulo, dois merecem destaque no cenário histórico de produção: o Parque Várzea do Carmo, depois denominado Parque Dom Pedro II, implantado em 1922, e o Parque Ibirapuera, inaugurado em 1954. Esses casos são especiais por causa do porte da intervenção, da abrangência de público a quem seus projetos se destinavam, da grande mobilização de agentes públicos e privados para a sua execução e da repercussão da implantação em meio aos moradores paulistanos, na mídia nacional e internacional. Entretanto, apesar de toda a notoriedade na ocasião de sua implantação, hoje, no ano de 2018, um deles se tornou um dos maiores emblemas da cidade, enquanto o outro sucumbiu ao ostracismo e à voracidade do avanço dos eixos viários no desenrolar das décadas de expansão urbana da capital. Este artigo pretende discutir as características dessas duas proposições, procurando analisar indicadores históricos/historiográficos e projetuais que possam apontar para o fracasso de um e o sucesso do outro.



Figura 1: Obra concluída do Parque Várzea do Carmo em 1922.
Fonte: : Kliass (1993, p. 124).

Figura 2: Sobrevoio do Parque Dom Pedro II contemporâneo.
Fonte: Foto do autor.

Figura 3: Obra do Parque Ibirapuera, em 1953.
Fonte: Resumo Fotográfico, acessado em junho 2018. Disponível em: <
<http://www.resumofotografico.com/2014/08/fotos-historicas-inauguracao-do-parque-ibirapuera.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

*Figura 4: Sobrevoos do Parque Ibirapuera contemporâneo.
Fonte: Foto do autor.*

Segundo Laurie (1982), os elementos naturais têm valores que são atribuídos pela sociedade. O processo decisório que permeia o projeto paisagístico seria a capacidade de escolher quais recursos são mais apropriados ao contexto de cada época, quem deve ter acesso a eles e como acessá-los (LAURIE, 1982, p. 136). Assim, analisar um projeto paisagístico é poder identificar juízos de ação não apenas das estruturas físicas da natureza, mas também poder observar os valores sociais e econômicos que permeiam cada decisão. A partir dos desenhos técnicos e do histórico de bibliografias que se dedicaram a estudar os projetos para o Parque Várzea do Carmo e para o Ibirapuera, serão extraídas análises que permitam deduzir o que foi assertivo, no âmbito da disciplina paisagística, para ocasionar ou inibir a apropriação desses espaços públicos.

Apesar de o destino ser tão díspare, há características comuns entre essas áreas. A primeira seria com relação à morfologia dos terrenos, por causa de sua posição em várzeas, que eram áreas desvalorizadas pela sua insalubridade, mas que tinham intenso uso informal com diversas finalidades. A premissa de criação de espaços verdes públicos de recreação nas áreas alagadiças de córregos e rios é uma das posturas mais defendidas pelo planejamento urbano na construção de uma cidade resiliente¹, pois consegue compatibilizar uma ocupação antrópica moderada com a proteção de uma estrutura natural frágil, de relevante preservação. Como já enunciado na própria denominação do parque, o mais antigo deles foi implantado na Várzea do Carmo, no sopé da colina histórica do centro da cidade, na área alagadiça do Rio Tamanduateí. Localizada na direção dos bairros da Mooca e do Brás, essa era uma região onde moravam operários e os recém-chegados emigrantes da cidade, que utilizavam as áreas próximas ao rio para realizar atividades banais do cotidiano. O Ibirapuera, que em tupi quer dizer pau podre, foi implantado na Várzea do Santo Amaro, no encontro de dois córregos, Caagaçu e Sapateiro, em um trecho de terra que vivia constantemente imerso, servindo de pastagens para boiadas do matadouro municipal e gado leiteiro. Foi essa condição física do terreno que lhe deu a fama de insalubridade e que, veio inclusive, a batizar o nome do futuro parque público.

Um segundo fator comum entre essas áreas foi uma intenção do poder público municipal, mesmo que em diferentes momentos históricos, em converter áreas de difícil ocupação da população para espaços públicos com um discurso modernizador, destacando a emergente cidade paulistana dentro de capitais desenvolvidas do quadro internacional. O Várzea do Carmo, apesar de ter iniciativas anteriores, teve seu projeto em evidência no Plano Bouvard, realizado no decorrer do governo de Antônio Brado (1899-1910), no intuito de realizar uma série de intervenções modernizadoras no centro da cidade de São Paulo. Esse plano urbanístico considerou essa área uma intervenção prioritária, chegando a desenvolver um estudo preliminar com menção às experiências parisienses. Já no

¹ Com base em discussões recentes, resiliência aqui é entendida, a partir da referência de seu sentido ecológico, como a “capacidade de um ecossistema, de uma população ou espécie, de recuperar seu funcionamento e desenvolvimento normal depois de sofrer uma perturbação” (FARIAS, 2017, p. 3). A sua aplicação no estudo das cidades é decifrada por alguns como resiliência social, que pode ser compreendida como “a capacidade de um grupo ou comunidade, mantendo a sua coesão, de se organizar para se adaptar às mudanças, aos riscos e às carências” (FARIAS, 2017, p. 4).

Ibirapuera, sua implantação foi citada nos principais planos urbanísticos da cidade que a precederam, como o Plano de Avenidas de Prestes Maia, de 1930, e o Plano Moses, de 1949. Kliass (1993) chega a apontar a força dos argumentos utilizados pelos agentes públicos na justificativa da sua implantação, fazendo referência a experiências internacionais de peso, como o do Hyde Park, de Londres, e do Bois de Boulogne, de Paris.

Por fim, em ambos os parques públicos, após a sua implantação, havia uma propaganda que defendia a “modernização” ocasionada pelo empreendimento. Essa “reconhecida melhoria” normalmente estava atrelada às características de embelezamento e de resolução de questões sanitárias das várzeas, procurando mostrar o incremento do serviço público que essa intervenção pode proporcionar aos paulistanos. Contudo, após 50 anos de história, as imediatas qualificações foram tomando rumos diferentes em cada parque. No prosseguimento deste artigo, serão descritas as propostas para os dois parques públicos, para posteriormente analisar questões que possam ter interferido na qualidade de apropriação desses dois espaços ajardinados.

O PARQUE VÁRZEA DO CARMO (1922)

A Várzea do Carmo foi objeto de intervenção por diversas ocasiões ainda no século XIX. Havia uma intenção por parte do poder público de dar mais salubridade, entre outras melhorias urbanas, para essa região, uma vez que sua posição geográfica era estratégica para se pensar a expansão da urbanização do centro da cidade para o sentido leste da cidade. Em decorrência da ocupação de bairros de seu entorno imediato, no início século XX, as margens do Rio Tamanduateí eram ocupadas para usos informais de classes marginalizadas, em especial de banhos públicos, para lavar roupas e para troca de mercadorias (SANTOS, 2000). Kliass (1993) aponta que, desde 1773, há registros de atividades na região, sendo esse um dos principais locais de repressão aos banhos nus, após a promulgação da lei que condenava essa prática, em 1864.

Não à toa, desde o século XVIII há iniciativas de requalificação para a Várzea do Carmo, conforme registros da Câmara Municipal. A mais emblemática delas foi a Ilha dos Amores, executada no ano de 1874, mas que teve uma curta longevidade, sendo fechada em 1893. Essa intervenção foi um jardim público sobre o aterro no gasômetro, com dimensão de 2 km de comprimento por 12 m de largura. Bartalini (1999) aponta que sua implantação tratou paisagisticamente a várzea de um dos principais leitos fluviais da cidade, trazendo recantos floridos para essa localização inédita, chegando a ser citado como “um dos passeios mais aprazíveis e saudáveis” de São Paulo. Ainda no curto tempo de existência do Ilha dos Amores, distintos autores discutiam sobre a situação geral da Várzea do Carmo e que medidas poderiam ser adotadas para equacionar seus problemas urbanos. Oliveira (2008) aponta para a criação de duas propostas: a do Ramos de Azevedo, na virada do século, que ligava essa várzea aos terrenos ao sul do Ipiranga por meio de bulevares; e, em 1902, a do paisagista Belga Arsene Puttermans, que formava um extenso parque de apropriação coletiva na área alagadiça. Embora sob pontos de vista distintos, a intenção comum dos projetos pensados era a constituição de uma área verde nos terrenos alagados de um rio. No entanto, a

criação de um parque público propriamente criou mais força só no âmbito do Plano Bouvard, publicado em 1911.

O paisagista francês Joseph-Antoine Bouvard (1840-1920), durante uma visita a cidades latino-americanas, foi convidado pela Câmara Municipal a realizar um projeto que adequasse o antigo centro aos princípios de modernidade pelo viés da linha haussmaniana. Em seu plano, no que tange às áreas verdes, havia a indicação de criação de três grandes parques públicos: Anhangabaú, Várzea do Carmo e Ponte Grande. Ele apontava que essas áreas eram essenciais ao tecido urbano da capital, desenvolvendo um estudo preliminar arquitetônico e paisagístico para as duas primeiras áreas. Com relação à proposta nas terras do Rio Tamanduateí, destacam-se a formação de uma via central que estruturava a circulação no maior sentido do terreno e caminhos e canteiros curvilíneos em seu interior, tendo como referência os modelos pitorescos da escola inglesa (Figura 5).



Figura 5: Implantação com o Projeto de Bouvard para a Várzea do Carmo.
Fonte: Kliass (1993, p.115).

Figura 6: Projeto de E. F. Cochet.
Fonte: Dourado (2011, p. 142).

Embora o projeto de Bouvard para o Vale do Anhangabaú tenha sido levado a cabo, com posterior detalhamento do arquiteto Jules Vacherot (1862-1925), no caso do Várzea do Carmo seu projeto foi preterido em detrimento do projeto de outro paisagista francês, E. F. Cochet (Figura 6). A proposta final foi validada pela Câmara Municipal em 1914, dando ao escritório de Cochet a possibilidade de detalhá-la. Dourado (2011), ao comparar as propostas de Bouvard e Cochet, afirma que ambos compartilhavam a expressão de um jardim paisagista moderno, embora a nova proposta atingisse resultados plásticos mais sofisticados que a antecessora, especialmente no aproveitamento dos recursos hídricos. A proposição de Cochet incorporava de modo mais intenso a relação do rio da várzea e do uso coletivo, com alargamentos para a formação de lagos em vez de restringir a calha do rio a mera retificação do curso d'água, como fizera Bouvard (DOURADO, 2011, p. 141). O estilo inglês adotado foi considerado adequado à época, tanto por se vincular ao amplo plano urbanístico para a cidade como por estar alinhada à vertente internacional de produção paisagística, que usava esse modelo para combinar harmoniosamente estruturas formais e geométricas. A proposição de Cochet se mostrou pertinente quanto ao atendimento das novas demandas programáticas, em que áreas esportivas, percursos contemplativos e edifícios de usos diversos são itens integrantes e indispensáveis a projetos de parques públicos.

No memorial descritivo do parque, estão explicitadas algumas motivações que justificariam a sua criação, merecendo aqui quatro destaques: o embelezamento urbano e a criação de um lugar para desfrute visual e passeios contemplativos; melhorias quanto a questões de saúde pública, em especial as de saneamento básico e de reserva de ar puro para a cidade; a educação ambiental em que o parque seria “a primeira escola pública da natureza” (KLIASS, 1993, p. 118); e a função de recreação coletiva, havendo sua inédita vinculação às práticas esportivas. De todos os elementos, Oliveira (2008, p. 153) destaca esse último ponto como o mais importante do partido projetual, pois Cochet “aposta pela criação de um espaço de fato público para toda a população, e que, além de ser sano e belo, proporcionar o encontro e a recreação, também fosse cenário para a prática de atividades físicas e esportivas”.

O aspecto esportivo programático também o diferencia da proposta de Bouvard, pois, além de propor espaços comuns à época em São Paulo, como conjuntos para banhos coletivos, espaços de estar e lagos com ilha, Cochet indica também equipamentos sem precedentes: quadras de tênis, de futebol, hóquei, beisebol, patinação, boliche, ginásio coberto, parquinho infantil e arena a céu aberto. Cabe destacar a mescla de tipos de equipamentos esportivos, tanto de atividades consideradas tradicionalmente elitistas, como tênis e boliche, como aquelas de classes de baixa renda, como futebol. Contudo, apesar dessa postura propositiva vanguardista, o núcleo esportivo não chegou a ser efetivamente implantado,

fazendo com que apenas a parte voltada à recreação passiva da população mais rica fosse executada.

O PARQUE IBIRAPUERA (1954)

O Ibirapuera é o parque público mais conhecido no contexto da capital, sendo o espaço ajardinado mais visitado por residentes e turistas. Porém, a sua notoriedade não é algo apenas contemporâneo, pois, antes de sua inauguração, já havia calorosos debates acerca do que se faria com a Várzea do Santo Amaro. O epicentro dessas discussões se deu no momento em que se formalizou uma mobilização institucional para incluir a inauguração do parque dentro das festividades em comemoração ao IV Centenário de São Paulo. Formou-se uma comissão que protagonizou os principais embates, com influentes integrantes, como Francisco Matarazzo Sobrinho. Mariano (1992) aponta ao menos três motivações como justificativa para a adoção do Ibirapuera nos planos do IV Centenário: por ser uma área já reservada para o fim de parque, sem projeto ainda definido; pela proximidade com a área central e facilidade de acesso; e por ser uma área passível de se criar uma polaridade de cultura, arte e tecnologia, desejo dos agentes envolvidos nas comemorações que eram de famílias tradicionais da capital.

O terreno que deu origem ao parque foi uma área incorporada ao patrimônio municipal em 1916, com 150 hectares. Na Câmara Municipal, em 1926, foi explicitada pela primeira vez a intenção clara do poder público de transformar esse terreno em parque público, em parte por causa das características alagadiças do seu sítio. Desde essa data até o ano de 1930, na gestão do prefeito José Pires do Rio, registrou-se o início das tratativas para adequação da área, que foi oficialmente inaugurada em 1954. Nesses 28 anos, diversas ações de manutenção e requalificação desse espaço verde foram feitas, que alteravam pouco a pouco a fisionomia desse sítio, antes mesmo de haver um projeto geral. Realizaram-se a retirada de grileiros clandestinos, o plantio de 100 mil exemplares de plantas – inclusive o bosque de eucaliptos –, a transferência do viveiro municipal do Parque da Água Branca, a construção de passeios sinuosos e obras para cavar a bacia visando à implantação dos lagos.

Segundo a tese de Oliveira (2008), no âmbito da existência da comissão do IV Centenário, houve ao menos três versões de projetos mais debatidos para a construção desse parque público, que serão descritos brevemente a seguir. Além deles, vale mencionar ainda a proposta feita por Reynaldo Dieberger, de 1930, que tem um rigor compositivo alinhado a produções ecléticas das escolas paisagísticas internacionais, mas que antecede em quase 20 anos as propostas da comissão, sendo excluída da análise deste artigo.

PROJETO DE CHRISTIANO STOCKLER DAS NEVES E DE CICCILLO MATARAZZO SOBRINHO, EM 1951

No âmbito de um grupo de trabalho que almejava organizar as comemorações do IV Centenário da cidade, esses dois personagens debateram projetos bem

diferentes entre si para a área. Não era unanimidade entre a própria comissão a aceitação de que proposta seria ideal para o sítio: de Christiano Stockler das Neves, de formação em *beaux-arts*, ou de Ciccillo Matarazzo Sobrinho, de tendência de aproximação com o modernismo.

Segundo Oliveira (2008), o projeto de Stockler das Neves fazia menção aos jardins aristocráticos de origem europeia, em que se utiliza o alto rigor geométrico para atingir a sensação monumental, um recurso muito adotado na composição dos ambientes desse parque. Há dois eixos demarcadores da circulação e organizadores da distribuição dos equipamentos na totalidade do espaço. Há a criação de esplanadas e de terraços, com a locação de bosques nas laterais, de modo a reforçar a perspectiva do eixo. Quanto à escolha programática, opta-se pela formação de áreas de ginástica e pista de patinação, um restaurante, um teatro, cascatas, um orquidário, área de piquenique, quadras poliesportivas, aquário e um auditório. Nota-se que não se contemplam aqui o programa exigido para atender à Exposição Internacional e outras funções temporárias e definitivas que eram exigidas pela organização do IV Centenário (figuras 7 e 8).



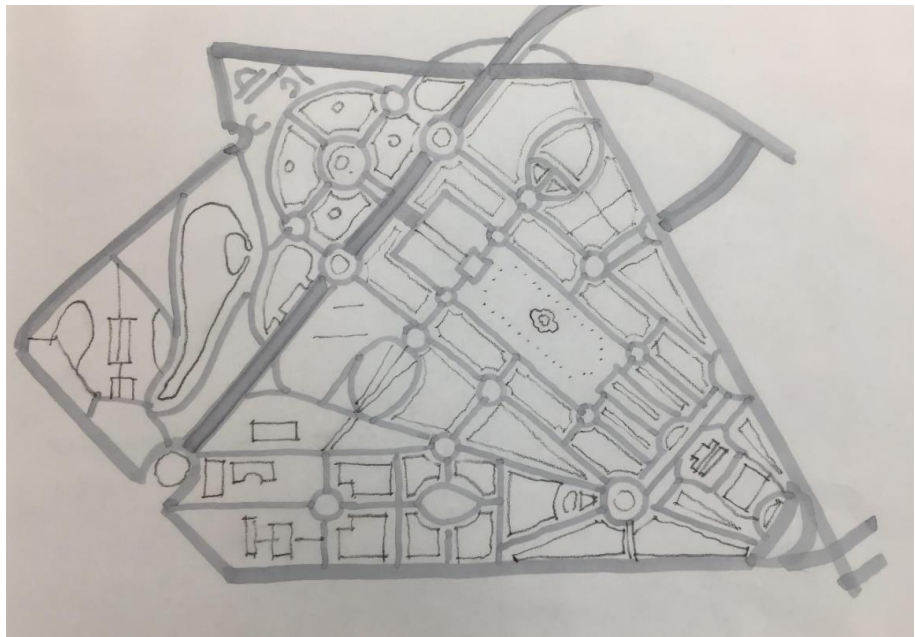


Figura 7: Projeto para o Parque Ibirapuera feito por Christiano Stockler das Neves em 1951.
Fonte: Oliveira (2008, p. 401).

Figura 8: Croqui feito com base no projeto.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Por sua vez, o projeto desenvolvido por Ciccillo Matarazzo Sobrinho segue uma linha mais voltada à vertente do modernismo, com a indicação de pisos e edifícios imersos em meio a lagos ao verde, sendo reproduzido no Ibirapuera um modelo de cidade corbusiana, com o parque sendo um microcosmo do modernismo na cidade (OLIVEIRA, 2008, p. 404). Essa proposição conseguiu sintetizar, em uma linguagem modernista, a criação de jardins bucólicos, mas que também simbolizasse a pujança econômica e cultural da cidade, almejada nas comemorações do IV Centenário. Quanto ao conteúdo programático, ele rompeu qualquer ligação com o que vinha sendo feito até então. É estabelecida uma setorização da circulação a partir de um plano de piso da circulação, segregando os caminhos com hierarquias distintas, para atender aos diferentes modais: pedestre, bicicleta e automóvel.



Figura 9: Projeto para o Parque Ibirapuera feito pela equipe chefiada por Ciccillo Matarazzo Sobrinho em 1951.

Fonte: Oliveira (2008, p. 404).

Em 1952, formalizou-se a rejeição do projeto do Stockler das Neves, pelo governador do Estado, em detrimento da apresentação da proposta do Ciccillo Matarazzo, havendo uma visível consternação do primeiro, que chega a publicar severas críticas à proposição vencedora.

PROPOSTA DE OSCAR NIEMEYER E OCTÁVIO AUGUSTO TEIXEIRA MENDES (1951-1954)

Uma vez definida a vertente moderna que deveria nortear a implantação geral do parque, a comissão do IV Centenário solicita a outro grupo o detalhamento e a execução do projeto para o Ibirapuera. Foram escolhidos personagens da mais alta expressão da arquitetura brasileira. As edificações do núcleo cultural foram

projetadas pela equipe do Oscar Niemeyer, e o projeto de vegetação foi realizado pelo engenheiro agrônomo Octávio Augusto Teixeira Mendes. Os primeiros desenhos datam de 1952, dando forte continuidade ao plano de vias e à implantação de edifícios proeminentes em meio à massa verde, vistos no projeto de Ciccillo Matarazzo. Contudo, a lógica de circulação entre os blocos ganha uma nova dimensão com o traço do Niemeyer, que não somente estabelece um plano de pisos, mas também cria uma marquise como um elemento integrado entre os prédios. A partir de uma forma orgânica, essa cobertura conecta os distintos usos culturais, tornando-se o elemento central do projeto. De acordo com Oliveira (2008, p. 407), o projeto não pensava em um parque com diversos blocos isolados emergindo em meio ao verde, mas em um conjunto articulado de construções, coeso e integral, que domina o espaço circundante e se relaciona harmonicamente com ele.

Segundo Mariano (1992), a demanda dada a esse grupo não foi necessariamente a implantação paisagística de todo o parque, mas sim a construção das edificações visando às festividades da comemoração do IV Centenário. A própria indicação do famoso Oscar Niemeyer para o projeto dos blocos de edifício e de Teixeira Mendes para a parte da vegetação se justifica como atendimento à grande pressão dos vanguardistas da comissão, além de corroborar que a intenção fora enfatizar a construção do núcleo mais simbólico do ponto de vista da arquitetura, não da totalidade do parque público. De acordo com Mariano (1992), o próprio Teixeira Mendes, ao se referir ao projeto de vegetação, afirmou que a massa verde foi concebida para valorizar o conjunto arquitetônico. A vegetação deveria enaltecer as perspectivas visuais da arquitetura, utilizando o bosque de eucaliptos como uma estrutura de fechamento do espaço (MARIANO, 1992, p. 107). Essa postura de projeto teve grande repercussão e foi criticada por alguns, como é o caso de Kliass (1993), que desaprova o fato de o projeto de vegetação não ter uma expressão paisagística por si só, dando aos edifícios de arquitetura, e não ao espaço vegetado, o protagonismo da proposição.

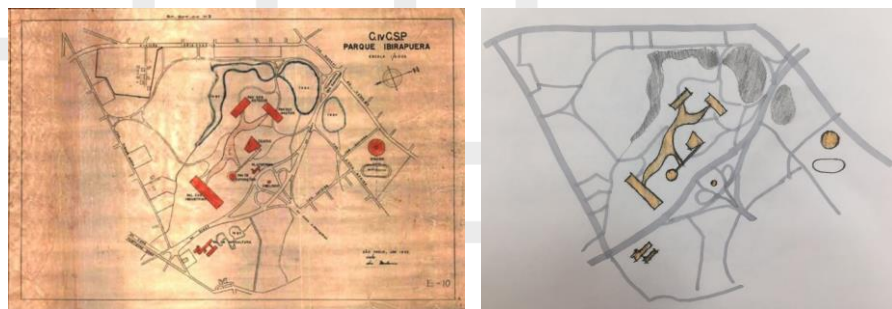


Figura 10: Projeto para o Parque Ibirapuera feito pela equipe de Oscar Niemeyer em 1954.
Fonte: Oliveira (2008, p. 408).

Figura 11: Croqui feito com base no projeto.
Fonte: Elaborada pelo autor.

UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DOS PARQUES PÚBLICOS

Quando se observa o histórico desses dois parques públicos, a pergunta que nos instiga é a seguinte: “Que aspectos do projeto inicial contribuíram para o fenômeno de resiliência e de obsolescência dos espaços?”. A discussão deste tópico excluirá a avaliação de pós-ocupação, procurando deter-se na aferição específica de quais diretrizes propositivas tiveram relevância na construção desse espaço público, levando-o a destinos opostos ao longo do tempo. A ideia é fugir das relações de causa e efeito, mas refletir sobre quais indicadores histórico/historigráficos e projetuais podem ser extraídos desses projetos para demonstrar a consolidação do Ibirapuera e o fechamento do Várzea do Carmo. Nesse sentido, há ao menos três pontos que merecem ser discutidos.

Em primeiro lugar, destacam-se a *posição geográfica do terreno e a sua relação com a escolha do programa do projeto*. Os dois parques foram implantados em áreas de várzea, sem ocupação formal, e tiveram que lidar com apropriações irregulares no terreno, tanto no Carmo, com usos condenados pela lei, como no Ibirapuera, de grileiros que queriam criar ali lotes clandestinos. Entretanto, há uma distinção entre eles quanto à sua posição em bairros mais “valorizados” da cidade. O Parque Várzea do Carmo ficava na descida da Rua do Glicério, na proximidade de vilas operárias, sendo um empecilho geográfico para o crescimento de bairros populares para o sentido leste. Já o Ibirapuera estava ao sul da área central, que, embora fosse mais distante, estava próximo aos recém-inaugurados bairros de elite, como o Jardim América, aberto em 1919 pela Companhia City. Ali se instalavam residências de alto luxo, que atraíram até mesmo as famílias mais tradicionais paulistanas – incluindo alguns membros da comissão do IV Centenário. Por causa da proximidade de bairros mais ricos, o Ibirapuera conseguiu atrair mais investimentos monetários e midiáticos para a sua implantação se comparado ao Parque Várzea do Carmo.

A questão é ainda mais acentuada quando se constata que no programa dos dois parques havia um interesse evidente do poder público de civilizar e moralizar a população paulistana, criando-se áreas no parque para a educação botânica, espaços de contemplação e esportes como tênis, beisebol, golfe ou hóquei, ou seja, práticas imbricadas com a classe mais abastada da população. Dessa forma, o Ibirapuera teria uma maior pertinência quanto à adequação para a população que residia no seu entorno, o que não ocorreu no Várzea do Carmo, cujos equipamentos internos elitizados estavam deslocados com relação aos bairros operários à sua volta. Além desse fator que por si só é atrativo para parte da população, o *status* decorrente da proximidade dessa área verde com bairros planejados a tornou ainda mais convidativa para visita de pessoas de outras regiões da cidade. Esse é outro ponto que coloca o Várzea do Carmo em desvantagem na atração de usuários.

Em segundo lugar, pode-se salientar o quanto, na ocupação existente cada projeto considerou em cada várzea para o desenvolvimento do programa do parque. Os parques públicos não foram implantados em terrenos como folhas em branco, mas as ações formais do poder público se misturavam ou reprimiam as ocupações informais existentes. Um dos argumentos utilizados pelos agentes públicos e autores de projeto era a necessidade de ação “higienista” e

“embelezamento” que deveria ocorrer nas várzeas, que eram insalubres e ocupadas por indigentes. Villaça (2004) aponta que foi comum, em diversas cidades brasileiras, o uso desse discurso para se institucionalizar pelo Estado uma segregação da população de baixa renda de áreas nobres da cidade. Isso não foi diferente no Ibirapuera, que expulsou boiadeiros e grileiros que usufruíam das características da várzea de Santo Amaro para usos particulares. Contudo, o local ainda era bem desocupado até a urbanização do Jardim América. A criação do parque foi concomitante com o bairro, como um pacto de embelezamento e saneamento da região, em que se fez pouca ou quase nenhuma menção à condição ou aos usos de várzea do terreno.

Essa tendência de segregação ao pobre foi vista de forma bem mais acentuada do caso do Várzea do Carmo. O charco do Rio Tamanduateí era um dos espaços mais ricos em manifestações socioculturais de classes indesejadas pelo poder público. O prefeito Washington Luiz (1914-1919), que aprovou o projeto do parque, refere-se ao local, antes do projeto, como um espaço de “superfície charcosa”, “mal cicatrizada”, “escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa”. As mazelas da várzea eram atribuídas à população que ali faziam seus afazeres, sendo o parque uma solução para essas questões, em especial para “civilizar” as pessoas que se utilizam do espaço. Segundo Santos (2000, p. 5):

No lugar do perigoso e do incontrolável, um parque seguro; do promíscuo, o saudável; do feio, o belo; da sujeira, o asseio e a higiene; da imoralidade, a moralidade; da barbárie, a civilização. No lugar da antiga Várzea frequentada por incivilizados negros e mestiços, um confortável parque construído a partir do projeto do francês Cochet. Em nome de um determinado modelo de higiene, moral e segurança, foram perseguidos todos aqueles que fugiram à tentativa dos grupos à frente do poder público municipal em controlar e subordinar a população paulistana a uma ordem em formação.

Há pelo menos três parcelas da população que tiveram usos restringidos após a criação do Várzea do Carmo: as mulheres lavadeiras, ex-escravas que prestavam serviço para toda população; o “mercado caipira”, com ambulantes caboclos que vinham negociar seus produtos; e os vendedores de ervas, que também eram conhecidos popularmente como os “pretos veios” (SANTOS, 2000). A questão é que o espaço ajardinado proposto não tinha qualquer relação com a população mais pobre, que de fato ocupava a área, proponto novos equipamentos que se destinavam à parcela da população que não residia ali nas imediações. Bartalini (1999) indaga se a implantação desse parque não foi a responsável pela geração da possibilidade da apropriação, sem os códigos velados exigidos da elite, da população da classe de baixa renda a leste. O autor expressa que o próprio parque inibira os modos mais espontâneos de lazer, em especial das crianças (BARTALINI, 1999, p. 77).

Em terceiro lugar, observa-se a pertinência na escolha dos usos propostos quando se considera a abrangência do parque em seu atendimento à população. Com base na hierarquia de parques públicos desenvolvida em São Paulo por Magnoli e Kliass (2006), pelo Plano de Recreação das Áreas Verdes do Município de São

Paulo (1968-1971), o Parque Várzea do Carmo e o Ibirapuera seriam parques de abrangência municipal por causa da dimensão deles. Assim sendo, competia ao Plano de Recreação das Áreas Verdes do Município de São Paulo o fornecimento de equipamentos com atratividade municipal. Nesse sentido, o Várzea do Carmo foi prejudicado por causa da não construção de diversos equipamentos previstos em seu projeto inicial, em especial os de caráter esportivo, elemento mais inovador de sua proposta. O Ibirapuera, por sua vez, com a sorte de estar vinculado às comemorações do IV Centenário, foi mais bem-sucedido, com implantação de edifícios com grande atratividade de público: centro de convenções, auditório, exposições, museus etc. O núcleo cultural desse parque foi e ainda é um grande catalisador de visitas, endossado ainda pela grande marquise. Soma-se a isso a plástica do Oscar Niemeyer, que agrega a esses usos uma arquitetura singular que coloca esse parque público entre as grandes produções modernistas em âmbito brasileiro. Com isso, o projeto do Ibirapuera, como está inclusive visível na implantação mais divulgada de seu projeto final, tem o projeto do edifício, e não o paisagístico, como protagonista. Os projetistas enfocaram a arquitetura como o elemento de valorização do espaço, sendo o entorno natural um complemento àquilo que estava sendo formado na massa construída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar a história e os projetos que levaram à constituição dos parques públicos do Várzea do Carmo e do Ibirapuera traz luz a uma discussão que pretende entender a resiliência e a obsolescência de equipamentos urbanos. Estudar esses dois casos auxilia na compreensão de como propostas que foram concebidas dentro de um cenário de alta repercussão tiveram destinos tão distantes em um curto espaço de tempo.

Dentre tudo o que foi visto, pode-se destacar o ponto culminante da análise dos aspectos que contribuíram para a resiliência histórica do Ibirapuera e da obsolescência do Várzea do Carmo. O Parque Ibirapuera tem uma posição geográfica estratégica de proximidade com o centro e os bairros de elite, desenvolvendo um projeto cujo programa e resultado formal têm relação com seu local de inserção. No caso do Várzea do Carmo, apesar do requinte formal da sua proposição, o que foi implantado de seu projeto estava deslocado de sua vizinhança. A criação do parque público foi mais um artifício “civilizatório” do Estado que reprimiu o público que utilizava a várzea de modo informal e colocou no seu lugar equipamentos que não estavam condizentes com os interesses da população da região.

Conclui-se, portanto, pela pertinência de refletir sobre o projeto de intervenções urbanas para criar parâmetros sobre o que seria resiliência e obsolescência na cidade. Os recursos histórico-historigráficos e projetuais são fundamentais por nos permitir identificar em propostas que estão registradas na história as motivações iniciais que levaram a implantar parques públicos que se tornaram modelos contemporâneos, seja pelo sucesso ou insucesso da sua empreitada. Esse é um passo fundamental para as reflexões contemporâneas serem mais

assertivas com os desafios que estão hoje sendo dados aos nossos arquitetos, urbanistas e paisagistas.

REFERÊNCIAS

- BARTALINI, V. *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999).
- DOURADO, G. M. *Belle époque dos jardins*. São Paulo: Senac, 2011.
- FARIAS, J. A. *Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana?* 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.6/ST%2010.6-05.pdf>. Acesso em: jun. 2018.
- KLIASS, R. G. *A evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.
- KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. Áreas verdes de recreação. *Revista Paisagem e Meio Ambiente*, São Paulo, n. 21, p. 245-256, 2006.
- LAURIE, M. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.
- MARIANO, C. R. *Parques metropolitanos de São Paulo: subsídios para desenho*. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- OLIVEIRA, F. L. de. *Modelos urbanísticos modernos e parques urbanos: as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século XX*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), Barcelona, 2008.
- SANTOS, C. J. F. dos. *Várzea do Carmo – lavadeiras, caipiras e “pretos velhos”. Memória e Energia: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo*, São Paulo, n. 27, p. 96-111, 2000. Disponível em: <http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28677/santos_carlos_jose_fe_rreira_varzea_do_carmo_lavadeiras_caipiras_e_pretos_veios.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- VILLAÇA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.